

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 2695/2019-PGJ, DE 29.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fernando Jamusse 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 11 a 18.7 e 21 a 28.11.2018, a serem usufruídos nos dias 26, 27, 28, 29 e 30.8.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2696/2019-PGJ, DE 29.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro 5 (cinco) dias de compensação por sua atuação no Mês Nacional do Júri na comarca de Corumbá, em regime de mutirão, nos dias 7, 9, 13, 14 e 22.11.2018, a serem usufruídos nos dias 5, 6, 7, 8 e 9.8.2019, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2698/2019-PGJ, DE 29.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar os Promotores de Justiça abaixo relacionados na Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao segundo semestre de 2019:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Clovis Amauri Smaniotto	11 a 20.9.2019			
Reynaldo Hilst Mattar	2.9 a 1º.10.2019			

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2700/2019-PGJ, DE 29.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Aquidauana, José Maurício de Albuquerque, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara Criminal – Infância e Juventude – da referida Comarca, no dia 30.7.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2672/2019-PGJ, DE 25.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, tendo em vista o disposto no artigo 258 da Lei nº 1.102/90, e diante das razões apresentadas pela Presidente da Comissão Sindicante,

R E S O L V E :

Prorrogar, por trinta dias, a partir de 5.8.2019, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante instaurada por intermédio da Portaria nº 1919/2019-PGJ, de 3.6.2019, publicada no DOMP nº 1.983, de 5.6.2019, para apurar os fatos constantes do Processo PGJ/10/2131/2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2668/2019-PGJ, DE 25.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a partir de 31.7.2019, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Aridio Claudiano Aranda Neto, nos termos do inciso I do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2669/2019-PGJ, DE 25.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Glenda Martinez Ortega de Carvalho para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, decorrente da exoneração de Aridio Claudiano Aranda Neto.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2720/2019-PGJ, DE 30.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Fernanda da Silveira Corrêa Brescianini, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2721/2019-PGJ, DE 30.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Jamiene Caroline Silva Garcia para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 0143/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000633-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 24 de julho de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0144/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00002795-2, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 25 de julho de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0146/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2018.00012758-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 26 de julho de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0147/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00007735-3, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 26 de julho de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0148/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2018.00012765-6, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 26 de julho de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0149/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2019.00008177-9, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 26 de julho de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 2682/2019-PGJ, DE 26.7.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução n° 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Glauce Rocha de Sousa Gomes, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 3 (três) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 22 a 24.7.2019, em prorrogação, nos termos do inciso II do artigo 130 e do artigo 146, ambos da Lei n° 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei n° 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c os artigos 25 e 26 do Decreto n° 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 2683/2019-PGJ, DE 26.7.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução n° 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria n° 2496/2019-PGJ, de 11.7.2019, que convocou servidores para participarem do “Curso de Brigada de Incêndio”, de forma que, onde consta: “Vanessa Yasmin Taira Agnelli”; passe a constar: “Kellen Ferreira Nunes”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS**AVISO Nº 108/2019-GED****XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado dos candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul abaixo relacionados, vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados nos Avisos correspondentes.

**1.1 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE DOURADOS
DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
GUILHERME FELIPE RIBEIRO GOMES	18º	Aviso nº 107/2019-GED (DOMP nº 2002 de 08/07/2019)

**1.2 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE TRÊS LAGOAS
DIREITO NÍVEL GRADUAÇÃO**

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
DHIULLY FAUSTINO BORGES	17º	Aviso nº 107/2019-GED (DOMP nº 2002 de 08/07/2019)

Campo Grande, 30 de julho de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 109/2019-GED**XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, torna pública a relação dos candidatos que manifestaram opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 8, X do Edital nº 001/2018 de 23.03.2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018.

**1.1 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE CAMPO GRANDE
DIREITO GRADUAÇÃO**

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
ÉLDER DE JESUS ROZENDO	145º	Aviso nº 107/2019-GED (DOMP nº 2002 de 08/07/2019)

Campo Grande, 30 de julho de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 110/2019-GED**XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, **CONVOCA** os candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/2018-GED, de 02 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1788, /de 03 de agosto de 2018, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos relacionados nos itens 11 e 13, capítulo X do Edital nº 001/2018, de 23 de março de 2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, especificados, respectivamente, no **Item 2** desse Aviso.

1.1 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: GED – Gestão de Estagiários de Direito – situada no prédio do Ministério Público Estadual, localizada à rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO-VESPERTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.08.2019	09h	GABRIEL LIMA BEDA	147º

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.08.2019	14h	MARIA FLORÊNCIA SAVES	68º

1.2 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE CAARAPÓ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida D. Pedro II, 1730, Vila Planalto, Caarapó.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.08.2019	14h	AMANDA MANTOVANI FERNANDES ALVES	2º

1.3 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.08.2019	14h	LEANDRO ISHY MEDEIROS	20º

1.4 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE TRÊS LAGOAS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO-MATUTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.08.2019	09h	CAROLINE PEREIRA DE PAULA	18º
06.08.2019	09h30min	GABRIELE SANTOS MATTOS GOMES	19º

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

2.1. Para admissão, o candidato **Bacharel em Direito de Nível Superior/Pós-Graduação** deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Diploma de bacharel em Direito (fotocópia legível)
6.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino em curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas (Não será aceito documento que não contenha todas as informações)
7.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
8.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
10.	Declaração de que não exerço função em diretoria de partido político;
11.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

2.2. Para admissão, o candidato de **Nível Superior/Graduação** deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, constando as seguintes informações: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e data prevista para conclusão do curso (Não será aceito documento que não contenha todas as informações)
6.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
7.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
8.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Declaração de que não exerço função em diretoria de partido político;
10.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

Previsão expressa no EDITAL N.º 001/2018-GED, no capítulo “X - Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação dos candidatos da área de Direito deverá ser enviada é o seguinte: ged@mpms.mp.br.

Campo Grande, 30 de julho de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/PGJ/2019 – UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 09/PGJ/2019-SRP (Processo nº PGJ/10/2526/2019).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza (balde, esponja, sabão etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

- Abertura das propostas: dia 15 de agosto de 2019, às 09 horas e 30 minutos (horário de Brasília/DF).

- Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 31 de julho de 2019 por meio do endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 09 às 12 horas e das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação da Pregoeira, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 23/07/2019:

- Pregoeira: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;
- Equipe de Apoio: Emervall Carmona Gomes e Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplente da Pregoeira: Hermes Alencar de Lima;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Carla Maria Bagordakis.
- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ e Divisão de Almoxarifado/PGJ.

Campo Grande, 30 de julho de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO - SRP

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - SRP (Processo PGJ/10/1672/2019).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo *split* (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, na capital e no interior do Estado, para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedoras/Preços Registrados: Superar Eireli, para os itens 1(R\$3.030,00), 9(R\$15.900,00) e 11(R\$16.520,00); Stílus Máquinas e Equipamentos Para Escritório Ltda., para os itens 2(R\$3.068,00 - 2º preço), 3(R\$4.100,00), 4(R\$5.020,00) e 6(R\$5.400,00 - 2º preço); e LLima Comércio e Serviços Ltda., para os itens 5(R\$9.990,00), 7(R\$10.660,00), 8(R\$15.550,00) e 10(R\$13.380,00).

Justificativa: Adjudicação e homologação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do edital.

Campo Grande, 30 de julho de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/1774/2019

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- HENRY EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS LTDA, representado por **Paulo Henrique Tareszkiewicz**.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 33/TCE-RO/2018, decorrente do Pregão Eletrônico nº 52/2018/TCE-RO, Processo Administrativo nº 001303/2018, oriunda do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666/1993 (e suas alterações) e nº 10.520/2002.

Objeto: Fornecimento e instalação de sistema integrado de controle de acesso através de catraca inteligente e registros de entrada e saída de servidores, prestadores de serviço terceirizado e visitantes nas dependências do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000110, de 11.06.2019.

Vigência: 12.07.2019 a 09.11.2019.

Data de assinatura: 12 de julho de 2019.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/PGJ/2017.

Processo: PGJ/10/1454/2017.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- OI S.A., representada por sua Gerente de Vendas Corporativo, **Kenia Gomes de Oliveira**, e por seu Gerente Executivo de Negócios, **Roberto Wagner Sandrin**.

Procedimento licitatório: **Ata de Registro de Preço nº 186/2016, proveniente do Pregão Eletrônico nº 592/2015 do Governo do Estado de Rondônia** (Processo Administrativo n. 01-1109.00541-00/2015).

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e artigo 65, § 8º, da Lei 8.666/93.

Objeto: **Prorrogação de vigência contratual** por 12 (doze) meses, para prestação de serviço de telefonia fixa comutada, a ser prestado em todas as 210 (duzentas e dez) unidades do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e o **reajuste do valor** do Serviço Telefônico Fixo Comutado-STFC (fixo/fixo e fixo/móvel), nas modalidades: Local, Longa Distância Nacional, Longa Distância Internacional, envolvendo os serviços de Instalação de Linhas Telefônicas, Assinatura Básica Mensal; tronco digital E1 com 30 canais e Chamada Franqueada (STFC-0800), através de códigos não geográficos, com efeitos a partir de 20.07.2019, em razão da aplicação do índice de preços geral – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A (IBGE). Desse modo, o valor mensal do Contrato passa a ser R\$ 68.190,73 (sessenta e oito mil, cento e noventa reais e setenta e três centavos), perfazendo o valor contratual anual total de R\$ 818.288,72 (oitocentos e dezoito mil, duzentos e oitenta e oito reais e setenta e dois centavos).

Valor total anual: R\$ 818.288,72 (oitocentos e dezoito mil, duzentos e oitenta e oito reais e setenta e dois centavos).

Vigência: 20.07.2019 a 20.07.2020.

Data de assinatura: 3 de junho de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****CAMAPUÃ****EDITAL N. 16/2019/2ªPJC**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2019.00001055-0, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2019.00001055-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos Antônio João Ferreira

Assunto: “Apurar eventual supressão de vegetação de origem nativa, sem autorização, totalizando 3,25 hectares, realizada na Fazenda Serra Azul, localizada no município de Camapuã e de propriedade de Antônio João Ferreira.”

Camapuã - MS, 30 de julho de 2019.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 17/2019/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2019.00001057-2, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2019.00001057-2.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos Severino Rosa Gonçalves

Assunto: “Apurar eventual supressão de vegetação de origem nativa, sem autorização, totalizando 7,3 hectares, realizada na Chácara JT, localizada no município de Camapuã e de propriedade de Severino Rosa Gonçalves.”

Camapuã - MS, 30 de julho de 2019.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 18/2019/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2019.00001058-3, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2019.00001058-3.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos Magno Jorge Malta de Queiroz

Assunto: “Apurar eventual supressão de vegetação de origem nativa, totalizando 11 hectares, realizada na Fazenda Serra Verde, localizada no município de Camapuã e de propriedade de Magno Jorge Malta de Queiroz.”

Camapuã - MS, 30 de julho de 2019.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 19/2019/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2019.00001059-4, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2019.00001059-4.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos Elias de Souza

Assunto: “Apurar eventual supressão de vegetação de origem nativa, sem autorização, totalizando 8,47 hectares, na Fazenda Monte Sinai, localizada no município de Camapuã e de propriedade de Elias de Souza.”

Camapuã - MS, 30 de julho de 2019.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 20/2019/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2019.00001060-6, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2019.00001060-6.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos João Eduardo Muller

Assunto: “Apurar eventual supressão vegetal, sem autorização, totalizando 40,88 hectares, na Fazenda Nossa Senhora de Fátima, localizada no município de Camapuã, de propriedade de João Eduardo Muller, em atenção ao Parecer n.º 365/17/Nugeo (Operação Cervo do Pantanal).”

Camapuã - MS, 30 de julho de 2019.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

JARDIM

EDITAL 06.2019.00000999-8

A Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP e pode ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem interessar na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, cidade e Comarca de Jardim –CEP. 79.240-000

Inquérito Civil nº 06.2019.00000999-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidade na área de preservação permanente do imóvel rural de propriedade do Senhor Arnaldo Lugli, localizado em Jardim/MS.

Jardim, 23 de julho de 2019

ALLAN CARLOS COBACHO DO PRADO

Promotor de Justiça

MIRANDA

EDITAL Nº 020/2019

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil 06.2019.00000676-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Vivian Barbosa da Cruz

Assunto: Apurar os fatos noticiados acerca de suposta irregularidade no recebimento de diárias da servidora Vivian Barbosa da Cruz

Miranda/MS, 29/07/2019.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça em subst. legal

SIDROLÂNDIA

EDITAL Nº 006/2019/02PJ/SDN

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001097-2.

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Jose Carlos Librelotto Stefanello;

Assunto: “Apurar eventual dano ambiental nas coordenadas geográficas 20°54'22.3"S 54°56'30.9"W em razão do armazenamento de grãos de soja em estado de decomposição, neste município de Sidrolândia/MS”.

Sidrolândia/MS, 30 de julho de 2019.

JANELI BASSO

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANGÉLICA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 0003/2019/PJ/AIC

Altera a Ordem de Serviço nº 0001/2019/PJ/AIC, de 15 de janeiro de 2019, para atender as disposições da Recomendação Conjunta nº 002/2019-CGMP/CAOCRIM e dá outras providências.

O Promotor de Justiça, Dr. Anthony Állison Brandão Santos, no exercício de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o teor da Ordem de Serviço nº 0001/2019/PJ/AIC da Promotoria de Justiça de Angélica/MS, de 15 de janeiro de 2019, publicada no DOMP/MS nº 1.890, de 17 de janeiro de 2019, pág. 16/19.

CONSIDERANDO o advento da Recomendação Conjunta nº 002/2019-CGMP/CAOCRIM, de 18 de fevereiro de 2019, que *dispõe sobre o fomento da cientificação da(o) vítima/ofendido acerca do oferecimento da denúncia e da*

sentença judicial como praxe processual, tal qual estabelecido no Plano Geral de Atuação para o ano de 2019, na iniciativa estratégica 2 do objetivo 1 na seara criminal.

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das tarefas do Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Angélica/MS às recomendações da Corregedoria-Geral do Ministério Público de Mato Grosso do Sul no que tange ao trâmite processual de procedimentos extrajudiciais;

RESOLVE:

Art. 1º. O art. 1º da Ordem de Serviço nº 0001/2019/PJ/AIC, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com nova redação, acrescido o § 2º:

Art. 1º. O Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Angélica/MS, constituído pelo Assessor Jurídico e pelo Técnico I, receberá os documentos a ela destinados pelos seguintes meios:

I - físico/presencial;

II - postal;

III – correspondência eletrônica;

IV - remessa de protocolo unificado no sistema SAJ/MP.

§ 1º – Todo documento, independentemente da forma de recebimento, deverá ser cadastrado como protocolo unificado no sistema SAJ/MP.

§ 2º - Todo documento recebido ou expedido pela Promotoria de Justiça de Angélica/MS deverá ser arquivado em pasta própria no arquivo da Promotoria de Justiça de Angélica/MS.

Art. 2º. O art. 4º da Ordem de Serviço nº 0001/2019/PJ/AIC, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com nova redação, acrescido os §§ 1º e 2º:

Art. 4º. O Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Angélica/MS, com fulcro no presente instrumento de delegação e a fim de cumprir os despachos deste órgão de execução, expedirá e assinará ofícios, certidões, termos de juntada, relatórios e demais expedientes necessários, sendo vedada a assinatura de requisições, notificações e expedientes direcionados à Administração Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul e das autoridades elencadas no art. 22, § 3º, da Resolução nº 15/2007-PGJ.

§ 1º - O Apoio Administrativo ao proceder com a entrega dos autos de inquérito policial em formato físico ao cartório judicial, extrairá cópia da denúncia, e, na sequência, cientificará à vítima quanto ao oferecimento daquela, quando for o caso, nos termos da Recomendação Conjunta nº 2/2019/CGMP/CAOCRIM.

§ 2º - O Apoio Administrativo para fins de cumprimento do parágrafo anterior, atentar-se-á para o disposto no art. 1º, § 2º, da presente ordem de serviço, devendo arquivar a peça de denúncia em pasta própria, com a comprovação do recebimento e a emissão de certidão informando que o fez em razão da Recomendação Conjunta nº 2/2019/CGMP/CAOCRIM e desta ordem de serviço.

Art. 3º. O art. 5º, da Ordem de Serviço nº 0001/2019/PJ/AIC, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com nova redação, acrescido o § 2º:

Art. 5º. O Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Angélica/MS fará a conclusão de cadastros no sistema SAJ/MP alocando-os no sub-fluxo “Ag. Análise do Promotor de Justiça” nas hipóteses de:

I – juntada de novos documentos;

II - atendimento à determinação;

III – transcurso do prazo de ofícios, diligências, notificações, ordens de serviço ou qualquer outra providência determinada;

IV – agendamento do comparecimento de pessoas, certificando-se a hipótese de não comparecimento;

V – finalização de documentos (ofícios, notificações, minutas etc.) em atendimento à determinação ou despacho para assinatura do Promotor de Justiça;

§ 1º – A fila “Ag. Cumprimento” dos fluxos do sistema SAJ/MP é destinada ao cumprimento, pelo Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Angélica/MS, das determinações encaminhadas pelo Promotor de Justiça àquela fila, e, deverá o responsável pelo cumprimento, lavrar termo de recebimento dos autos informando a data que os recebeu.

§ 2º - O Apoio Administrativo da Promotoria de Justiça de Angélica/MS apenas poderá mover o procedimento extrajudicial para a fila pertinente, após conferir se houve o integral cumprimento dos despachos e das providências faltantes, salvo, quando faltar 10 dias para vencer o prazo de conclusão do procedimento, sendo a circunstância devidamente certificada pelo Apoio Administrativo anteriormente à conclusão.

Art. 4º. Esta Ordem de Serviço passará a produzir seus efeitos a partir de sua publicação no DOMPMS, devendo ser fixada no quadro de avisos da Promotoria de Justiça de Angélica/MS e encaminhada ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público e à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais, para conhecimento.

Angélica/MS, 25 de julho de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

DOIS IRMÃOS DO BURITI

EDITAL 0108/2018/PJ/DIB

Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003318-3

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003318-3, o qual se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos/Interessado: Município de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Acompanhar e fiscalizar a implementação do sistema de esgotamento sanitário no Município de Dois Irmãos do Buriti.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 27 de junho de 2019

BIANKA M. A. MENDES
Promotor de Justiça em substituição legal